

PROJETO DE LEI N° /2025

Autoriza o Poder Executivo a criar o Programa Estadual de Proteção e Fomento aos Artesãos e à Cultura Local no Estado de Alagoas e estabelece diretrizes para sua implementação.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Programa Estadual de Proteção e Fomento aos Artesãos e à Cultura Local, com o objetivo de estabelecer diretrizes para a elaboração de políticas públicas voltadas aos artesãos, visando o desenvolvimento econômico, social e cultural de suas comunidades, bem como a preservação e valorização do patrimônio cultural imaterial do Estado de Alagoas.

Art. 2º - São diretrizes para a implementação do Programa:

- I Fomentar a valorização e a proteção do artesanato tradicional e contemporâneo alagoano, reconhecendo-o como expressão cultural e econômica do Estado;
- II Garantir o acesso dos artesãos a crédito, capacitação técnica, infraestrutura adequada e tecnologias que facilitem a produção, aprimoramento e comercialização de seus produtos;
- III Incentivar a participação dos artesãos em feiras, exposições, eventos culturais e turísticos, tanto no âmbito estadual quanto nacional e internacional, com apoio logístico e financeiro para viabilizar sua presença;
- IV Promover a certificação e a identificação de artesãos e seus produtos como patrimônio cultural alagoano, garantindo a autenticidade e a origem dos produtos;
- V Estimular a formação de associações, cooperativas e redes de artesãos para fortalecer a economia solidária, o cooperativismo e a organização coletiva;
- VI Desenvolver mecanismos de educação patrimonial e transmissão dos saberes tradicionais entre gerações, por meio de programas de formação e intercâmbio de conhecimentos;
- VII Apoiar a criação de polos regionais de artesanato e centros de referência cultural, que sirvam como espaços de produção, exposição e comercialização de produtos artesanais;
- VIII Estabelecer parcerias com entidades públicas, privadas e do terceiro setor para financiamento, suporte técnico, capacitação e promoção do artesanato alagoano;
- IX Incentivar o uso de matérias-primas sustentáveis e práticas ambientalmente responsáveis na produção artesanal, alinhando-se aos princípios da sustentabilidade;
- X Criar um cadastro estadual de artesãos, com informações detalhadas sobre suas atividades, para facilitar o acesso a políticas públicas, programas de fomento e oportunidades de mercado;
- XI Implementar programas de incentivo fiscal para empresas que adquiram e comercializem produtos artesanais locais, promovendo a integração entre o setor produtivo e o mercado consumidor;
- XII Criar editais específicos para financiamento de projetos inovadores no setor



artesanal, com foco em design, tecnologia, sustentabilidade e novos modelos de negócios;

- XIII Desenvolver campanhas publicitárias e educacionais sobre a importância do artesanato alagoano na cultura e economia do Estado, destacando seu valor histórico, social e econômico;
- XIV Promover a integração do artesanato com o turismo cultural, criando roteiros turísticos que incluam visitas a polos artesanais e oficinas de artesãos;
- XV Estabelecer políticas de proteção intelectual e direitos autorais para os artesãos, garantindo a autoria e a originalidade de suas criações;
- XVI Incentivar a pesquisa e o mapeamento das técnicas artesanais tradicionais, visando sua documentação e preservação como patrimônio cultural.
- **Art. 3º -** O Programa será coordenado pela Secretaria de Estado do Turismo de Alagoas (SETUR), em parceria com a Secretaria de Estado da Cultura (SECULT), e contará com a colaboração de outras instituições públicas, privadas e do terceiro setor, visando a execução integrada das ações previstas nesta lei.
- **Art. 4º** Fica o Poder Executivo autorizado a criar e disponibilizar plataformas digitais para a comercialização e divulgação de produtos artesanais produzidos no Estado de Alagoas, com as seguintes diretrizes:
- I As plataformas digitais deverão ser de fácil acesso e utilização, permitindo que os artesãos cadastrem seus produtos, divulguem suas histórias e técnicas de produção, e realizem vendas diretamente ao consumidor final;
- II Deverão ser disponibilizadas ferramentas de gestão para os artesãos, como controle de estoque, relatórios de vendas e acompanhamento de pedidos;
- III As plataformas deverão incluir funcionalidades de pagamento seguro e integração com sistemas de entrega e logística, garantindo eficiência na comercialização;
- IV Serão promovidas estratégias de marketing digital, como campanhas publicitárias, redes sociais e parcerias com influenciadores culturais, para ampliar a visibilidade dos produtos artesanais;
- V Será oferecido suporte técnico e capacitação aos artesãos para o uso das plataformas, incluindo treinamentos em comércio eletrônico, fotografía de produtos e gestão de vendas online;
- VI As plataformas deverão ser integradas a iniciativas de turismo cultural, permitindo que turistas adquiram produtos artesanais durante e após sua visita ao Estado;
- VII Será incentivada a criação de selos de autenticidade e qualidade para os produtos artesanais comercializados nas plataformas, garantindo a origem e a valorização do artesanato alagoano.
- **Art. 5º -** Poderão ser criados espaços permanentes de comercialização do artesanato alagoano em centros turísticos, feiras, aeroportos, rodoviárias e eventos culturais, complementando as plataformas digitais e ampliando os canais de venda.
- Art. 6º Serão estabelecidos indicadores de desempenho para avaliar a eficácia do Programa, tais como: número de artesãos cadastrados, aumento na renda dos artesãos,





volume de vendas dos produtos artesanais, impacto ambiental das práticas sustentáveis adotadas e alcance das ações de capacitação e inclusão digital.

- **Art. 7º -** Fica autorizada a criação do Conselho Consultivo do Programa Estadual de Proteção e Fomento aos Artesãos e à Cultura Local, composto por representantes dos seguintes segmentos:
- I Artesãos cadastrados no Programa, eleitos por suas respectivas associações ou cooperativas;
- II Especialistas em cultura, indicados por instituições de ensino e pesquisa;
- III Representantes de entidades da sociedade civil com atuação comprovada na área de economia solidária, desenvolvimento regional e preservação cultural;
- IV Representantes do Poder Executivo, designados pelos órgãos responsáveis pela cultura, economia e desenvolvimento social;
- V- Representantes da Assembleia Legislativa de Alagoas.
- § 1° O Conselho Consultivo terá as seguintes atribuições:
- a) Acompanhar a execução do Programa, avaliando o cumprimento de suas diretrizes e metas;
- b) Propor ajustes e melhorias às políticas públicas voltadas aos artesãos;
- c) Garantir a participação ativa das comunidades envolvidas, por meio de consultas e audiências públicas;
- d) Emitir pareceres técnicos sobre projetos, editais e ações do Programa.
- § 2º O Conselho Consultivo se reunirá, ordinariamente, a cada três meses, e, extraordinariamente, sempre que convocado por seu presidente ou pela maioria de seus membros.
- § 3º O regimento interno do Conselho Consultivo será aprovado em até 60 (sessenta) dias após a instalação do colegiado, devendo estabelecer as normas de funcionamento, a duração dos mandatos e os critérios para a escolha de seus membros.
- **Art. 8.** Caberá ao Poder Executivo regulamentar esta Lei, definindo os mecanismos de implementação, gestão, financiamento e fiscalização do Programa.
- Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Cibele Moura
Deputada Estadual



JUSTIFICATIVA

O Programa Estadual de Proteção e Fomento aos Artesãos e à Cultura Local no Estado de Alagoas é uma iniciativa de extrema relevância para o desenvolvimento econômico, social e cultural do estado. Este programa surge da necessidade de valorizar e proteger o artesanato alagoano, reconhecendo-o como uma expressão fundamental da identidade cultural e como um setor produtivo com grande potencial para gerar renda, promover a inclusão social e preservar o patrimônio imaterial

Alagoas é um estado rico em tradições culturais, expressas por meio de técnicas artesanais que são transmitidas de geração em geração. No entanto, muitas dessas práticas correm o risco de desaparecer devido à falta de incentivos, à desvalorização do trabalho artesanal e à dificuldade de transmissão desses saberes para as novas gerações.

Além disso, o artesanato é uma atividade econômica de grande relevância, especialmente para comunidades de baixa renda e para grupos sociais que dependem dessa prática como fonte de sustento. Ao fomentar o setor artesanal, o projeto promove a geração de emprego e renda, contribuindo para a redução das desigualdades sociais e regionais. A criação de políticas públicas que garantam acesso a crédito, capacitação técnica, infraestrutura e tecnologias permitirá que os artesãos ampliem sua produção, melhorem a qualidade de seus produtos e alcancem novos mercados, tanto no âmbito estadual quanto nacional e internacional.

O programa também incentiva a formação de associações, cooperativas e redes de artesãos, fortalecendo a economia solidária e o cooperativismo. Essas iniciativas promovem a organização coletiva, o compartilhamento de recursos e a redução de custos, além de ampliar o poder de negociação dos artesãos no mercado. Ao estimular a colaboração entre os profissionais do setor, o programa contribui para a criação de um ambiente mais justo e sustentável, onde os benefícios econômicos são distribuídos de forma mais equitativa.

A integração do artesanato com o turismo cultural é outro aspecto fundamental do projeto. Alagoas é um estado com grande potencial turístico, e o artesanato pode ser um dos principais atrativos para visitantes interessados em conhecer





a cultura local. A criação de roteiros turísticos que incluam visitas a polos artesanais e oficinas de artesãos amplia a visibilidade do artesanato alagoano e gera novas oportunidades de negócios para os artesãos, que poderão vender seus produtos diretamente aos turistas. Além disso, a criação de espaços permanentes de comercialização em locais estratégicos, como aeroportos e rodoviárias, complementa essa integração, ampliando os canais de venda.

O projeto de lei também aborda a necessidade de modernização e inovação no setor artesanal, sem perder de vista a sustentabilidade. Ao incentivar o uso de matérias-primas sustentáveis e práticas ambientalmente responsáveis, o programa alinha-se aos princípios da economia verde, contribuindo para a preservação do meio ambiente. Além disso, a criação de editais para projetos inovadores no setor artesanal, com foco em design, tecnologia e novos modelos de negócios, permitirá que os artesãos se adaptem às demandas do mercado contemporâneo, sem abandonar suas raízes culturais.

A proteção intelectual e os direitos autorais dos artesãos são aspectos fundamentais para garantir a autenticidade e a originalidade de suas criações. O projeto prevê a criação de mecanismos de proteção intelectual, que garantam aos artesãos o reconhecimento e a valorização de seu trabalho. Além disso, a certificação e a identificação dos produtos artesanais como patrimônio cultural alagoano reforçam a autenticidade e a origem dos produtos, agregando valor e diferenciando-os no mercado.

A transmissão dos saberes tradicionais entre gerações é essencial para a preservação do artesanato alagoano. O projeto propõe a implementação de programas de educação patrimonial e intercâmbio de conhecimentos, que permitam a continuidade das técnicas artesanais e o fortalecimento da identidade cultural.

Em síntese, o programa é uma iniciativa visionária e necessária para o desenvolvimento sustentável de Alagoas. Ao valorizar o artesanato e a cultura local, o programa não só preserva o patrimônio cultural imaterial do estado, mas também promove o desenvolvimento econômico e social, a inclusão produtiva e a geração de renda para milhares de artesãos.

Cibele Moura
Deputada Estadual